

JOSUÉ DE CASTRO E O DIREITO À ALIMENTAÇÃO

JOSUÉ DE CASTRO AND THE RIGHT TO FOOD SUPPLIES

Rui Ribeiro de CAMPOS¹

Resumo : Este artigo trata de aspectos da obra de Josué de Castro (1908-1973), vinculando-os à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Destaca sua importância na área de Geografia, analisa seus pioneiros estudos sobre a fome e o direito à alimentação já na década de 1930, seu texto *Geografia da Fome* (1946) e aspectos essenciais como a criação de conceitos relativos ao tema, o livro *Geopolítica da Fome* (1951), incluindo seus estudos sobre a fome de proteínas e a fertilidade feminina, além de outros escritos e de sua luta contra a desnutrição, a grande propriedade, o imperialismo e a monocultura. Afora isso, realça sua atuação em prol de diversos artigos da Declaração sobre Direitos Humanos, inclusive a restrição, em relação à sua pessoa, feita pelo autoritarismo militar do Brasil após 1964.

Palavras-chave: Direitos Humanos – Josué de Castro – Geografia – Fome

Abstract: This article discusses aspects of Josué de Castro's work (1908-1973), connecting them to the Universal Declaration of Human Rights (1949). Puts in relief his importance to the Geography field, analyses his pioneer studies about starvation and the right to food supplies in the 1930's, his writing *The Geography of Hunger* (1946) and essential features as the creation of concepts in this area, the *Geopolitics of Hunger* (1951), including his work concerning protein hunger and female fertility, besides other writings and his fight against underfeeding, large properties, imperialism and monoculture. Moreover, detaches his work in several Universal Declaration of Human Rights' articles, including the restriction of many of them made by the Brazilian authoritarianism after 1964, related to him.

Key Words: Human Rights – Josué de Castro – Geography – Starvation

Introdução

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217A da ONU em 10 de dezembro de 1948, ainda está longe de ser cumprida em todos os seus artigos. Permanece como uma necessidade e deve ser trabalhada pelas ciências, pois uma das funções destas é a busca de soluções para todos os seres humanos. A proposta deste texto é demonstrar como o médico e geógrafo pernambucano Josué Apolônio de Castro (1908-1973) trabalhava a favor de diversos artigos, principalmente do direito a uma alimentação adequada. A sua luta pela dignidade de todas as pessoas, do direito que todos têm de justiça, pela paz no mundo, da necessidade de relações honestas entre os países, insere-o no rol digno daqueles que foram considerados “cidadãos do mundo”, como ele. Sua vida foi uma luta contra a fome, a grande propriedade, a monocultura e a favor da reforma agrária.

¹ Licenciado em Filosofia e Geografia, Mestre em Educação e Doutor em Geografia. Foi, por mais de 25 anos, professor do ensino médio e, atualmente, é professor no Curso de Geografia da PUC-Campinas de Epistemologia da Geografia, Pensamento Geográfico Brasileiro e Geografia Política. E-mail: ruicampos@puc-campinas.edu.br

Podem-se destacar alguns artigos em que sua atuação foi mais marcante, como o Artigo I, item 1 do Artigo II, Artigo III, Artigo IV, Artigo VII, Artigo XVIII, item 1 do Artigo XX, Artigo XXI, e o Artigo XXIII:

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. 3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. 4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses. (http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php, acessado em 06/08/2008, às 11 hs35min.)

O Artigo XXIV, além do item 1 do Artigo XXV:

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. [...] (http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php, acessado em 06/08/2008, às 11 hs35min.)

E o Artigo XXVIII². Portanto, está se falando de uma pessoa que lutou pela dignidade da pessoa humana em sua totalidade.

A fome, como objeto de pesquisa e também tema de debates e de ação, é ainda hoje inseparável da obra de Josué de Castro. Este autor participou da criação de um conjunto de instituições da política de alimentação no país. Foi transcendendo a questão individual que ele conseguiu construir seus conceitos de fome, em uma articulação correta entre o biológico e o social. Assim, conseguiu relacionar estes conceitos com a ciência, o desenvolvimento e a construção da nação. Sua obra demonstrou não somente uma visão de fome, mas de saúde e de sociedade em determinado período.

² Artigo I (“*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade*”), o item 1 do Artigo II (“1. *Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição*”), o Artigo III (“*Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal*”), o Artigo IV (“*Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; [...]*”), o Artigo VII (“*Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. [...]*”), o Artigo XVIII (“*Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular*”), o item 1 do Artigo XX (“1. *Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica*”), o Artigo XXI (“1. *Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. 2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país. 3. [...]*”). E ainda o Artigo XXIV (“*Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas*”), Artigo XXV (“[...] 2. *A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistências especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.*”), o artigo XXVI (“1. *Todo ser humano tem direito à instrução. [...]*”) e o Artigo XXVIII (“*Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.*”). (http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php, acessado em 06/08/2008, às 11 hs35min.)

A fome não é algo prejudicial apenas ao indivíduo, pois torna doente a própria sociedade. O rendimento escolar da criança subnutrida é inferior, desperdiçando um potencial de criatividade, tornando-a amanhã um trabalhador pouco qualificado. Com baixa qualificação, será mal remunerado e mais sujeito a doenças, onerando o sistema hospitalar. Sem condições de atuação cidadã, fica mais vulnerável a discursos messiânicos, populistas ou autoritários.

A angústia de centenas de milhões de pessoas, relacionada ao o que comer amanhã, é o maior escândalo de nosso planeta. Cabe à ciência colaborar na resolução deste problema. Mas se hoje já não é possível identificar fome e escassez – pois há alimento em quantidade suficiente –, a questão deixou de ser simplesmente técnica para ser principalmente política e, por esta razão, a colaboração maior deve vir das ciências sociais e, entre elas, a Geografia possui um importante papel. A fome, mais do que um fenômeno de caráter biológico, é uma doença social a exigir novas estruturas da sociedade. O faminto vive hoje em um mundo de fartura e esta convivência simultânea entre escassez e abundância demonstra a má distribuição dos recursos, mas também a esperança de solução, pois sua razão é social.

Os primeiros estudos sobre a fome

Josué de Castro teve uma infância com privações, ao lado de crianças que habitavam os mocambos erguidos nos mangues, que marcou muito a sua trajetória. Como afirmou mais tarde, no cenário de fome do Nordeste,

[...] os mangues eram uma verdadeira terra de promessa que atraía homens vindos de outras áreas de mais fome ainda. Da área das secas e da área da monocultura da cana-de-açúcar, onde a indústria açucareira esmagava, com a mesma indiferença, a cana e o homem: reduzindo tudo a bagaço. (CASTRO, 1983, p. 24)

Foi em Recife (PE), onde passou sua infância, que descobriu o tema de sua vida: a fome. “*Esta foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues de Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo.*” (Ibidem, p. 18) Em dezembro de 1929, com vinte e um anos, concluiu o curso de Medicina. No ano seguinte, regressou a Recife para começar sua carreira de médico.

Na década de 1930 passou a publicar textos relativos à alimentação. Sua tese de docência em Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife, em 1932, intitulava-se *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*; neste mesmo ano, publicou *Metabolismo basal e clima* e, menos de dois anos depois, **O problema da alimentação no Brasil**. Para ele, o conhecimento do problema alimentar era fundamental e “[...] nos governos científicos onde a política se consorcia com a ciência para maior benefício social, o problema da alimentação recebe os cuidados imediatos do estado como capítulo preponderante da higiene geral.” (CASTRO, [1933], p. 10)

Realçou a falta de atenção ao problema alimentar no país – o que causava uma ignorância em relação aos princípios elementares de uma alimentação sadia – e ao fato de que o estabelecimento de um consumo alimentar verdadeiramente científico era importante, até como problema eugênico. O papel das falhas de alimentação, “*principalmente as deficiências qualitativas*”, na diminuição da resistência *imunitária* e a importância da *propaganda científica* na divulgação de hábitos saudáveis, foram destacados. No fim do livro fez uma afirmação importante para a época: “*Muitas das conseqüências mórbidas incriminadas aos*

efeitos desfavoráveis do nosso clima são o resultado do pouco caso dado aos problemas da alimentação.” (CASTRO, [1933], p.123)

Em 1932, clinicando em uma fábrica, teve contato com a difícil situação de vida dos operários e realizou o inquérito sobre **As condições de vida dos operários de Recife**, um dos primeiros a serem realizados no país. Nesta pesquisa constatou que a baixa produtividade dos trabalhadores se devia à fome. Este estudo “[...] *serviria de modelo para investigações semelhantes, nos anos 30 e 40, em outros Estados da Federação, no bojo do movimento que se desenvolvia pela fixação do salário mínimo e pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores.*” (LINHARES, 2.000, p. 31/32) Este trabalho acabou se tornando uma referência necessária para estudos que buscavam recuperar a história das condições da nutrição no Brasil. Procurar adequar as dietas às necessidades das pessoas demonstrava a incorporação, pelo autor, de noções e conceitos da nova ciência da nutrição à realidade nacional.

O pensamento de Josué de Castro é paradigmático, na medida em que realiza uma leitura do problema nutricional não restrita ao aspecto fisiológico. Além de incorporar avanços recentes da ciência alimentar no que diz respeito à sua dimensão bioquímica e laboratorial, o escritor introduz temas ausentes na discussão clínica da nutrição como raça, produtividade e evolução social. Ele demonstra, assim, a sua afinidade com a corrente da medicina social que, desde o século XIX, vinha formulando estas questões. [...] Embora tais questões sejam retomadas posteriormente, cabe aqui ressaltar que ao afirmar ser a fome e não a raça o elemento que desenha o perfil da nação, Josué de Castro demonstra a preocupação com a construção do homem brasileiro e procura contrapor-se às teorias que formulavam uma inexpugnável inferioridade da civilização brasileira devido à composição racial. (MAGALHÃES, 1997, p. 29)

Nos anos 30, como um missionário, tentou fazer o país acreditar que a questão alimentar “[...] *era o problema central para a construção da nacionalidade, e não mais a raça ou o clima.*” (Ibidem, p. 33) A viabilidade da nação residia na solução do problema alimentar; e os impedimentos não eram naturais e sim sociopolíticos. Esforçou-se para retirar a alimentação da esfera individual para transformá-la em uma questão pública, fundamental para o desenvolvimento do país e que deveria, em bases científicas, ser assumida pelo Estado.

Combateu teses racistas, chamou a atenção para o raquitismo no Brasil, um país no qual o Sol constante era mal aproveitado por pais que *empacotavam* com peças de vestuário as crianças, e era mal utilizado pelos que habitavam os cortiços sombrios ou porões úmidos de casas ricas. Questões naturais, culturais e sociais (principalmente o poder aquisitivo da população) já eram entrelaçadas na busca de uma compreensão mais globalizante do fenômeno da alimentação e de proposição de soluções.

Em 1937, veio a lume o livro **A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana**, no qual disse procurar não mais tratar o problema da alimentação “[...] *em seus aspectos parciais, mas em seu conjunto, o que só poderia conseguir com um estudo baseado nos métodos e princípios da geografia humana, capaz de permitir uma visão total do assunto, com as várias perspectivas que ele encerra.*” (CASTRO, 1937, p. 13). Na introdução mostrou a situação das pesquisas sobre alimentação em diversos países – no Brasil, só iniciando –, que o assunto era um problema de várias ciências, que tinha que se estabelecer uma dieta racional fundada em princípios científicos e que, pelos objetivos propostos, o único método eficaz de análise da questão era o geográfico. Segundo ele, um dos motivos pelos quais o problema alimentar ainda estava para ser solucionado decorria da falta de aplicação do método geográfico ao seu estudo, o que levava os interessados pela questão a estudar aspectos

parciais, “*projetando uma visão unilateral do problema*”. Reafirmou que o estudo da nutrição precisava ser de acordo com as condições climatobotânicas e a organização econômico-social, ou seja, do “*complexo ambiente cultural – o meio e o homem*”, pois também deveria levar em consideração os hábitos dos moradores.

Demonstrou ainda que males que atacavam o povo brasileiro existiam em outras latitudes e em áreas onde não ocorreram mestiçagens com a raça negra, considerada pelos racistas como inferior. Para ele, a degenerescência do povo era o resultado da organização econômico-social, mais um mal de fome do que de raça, e que era impossível se admitir a pureza racial de um povo, pois não havia “*mais povos formados de uma só raça*” e que – em uma crítica ao nazismo – tinham sido destruídas as “*lendas nacionalistas do arianismo puro e superior*”. Também fez referências aos povos da chamada raça amarela, tanto em relação à estatura quanto à inteligência. E tudo isto em 1937.

Neste livro mencionou diversas civilizações avançadas em áreas tropicais, para provar que somente em determinado momento histórico a primazia cabia às áreas temperadas. Na sequência tratou das falhas da alimentação nacional e de suas consequências, incluiu os dados do inquérito realizado por uma comissão por ele chefiada (em 1934) sobre as condições alimentares das classes operárias de Recife (PE) e os relacionou com inquéritos realizados em São Paulo. Concluiu o livro condenando a monocultura de cana-de-açúcar no Nordeste como “*a mais dissolvente das espécies de monocultura*” e que “[...] *arrastou as populações desta região a uma verdadeira miséria alimentar.*” (Ibidem, p. 143-144) Um dos objetivos do livro foi o de mostrar que problemas de nanismo, de falta de disposição para o trabalho e outros, resultavam da fome, da alimentação inadequada; e em suas análises houve uma valorização significativa dos aspectos culturais de cada região.³

Durante muito tempo acreditou-se que o bócio fosse de natureza contagiante e infectuosa; por influência do paradigma dominante, pasteuriano e bacteriológico, a teoria microbiana predominava, apesar de nenhum germe ou vírus capaz de provocar a doença tivesse sido isolado. Josué de Castro foi um dos que procuravam provar que sua origem era carencial, que derivava da falta de iodo nos alimentos e que este era um elemento importante no funcionamento da glândula tireóide. Além de argumentos relativos a experiências em ratos e em pessoas, e em pesquisas médicas específicas, a equipe que ele integrava utilizou como argumento a análise da distribuição geográfica do bócio endêmico, verificando que ocorria em áreas

[...] encravadas no centro das massas continentais, distantes da costa e com condições, tanto geológicas como climáticas, desfavoráveis à existência de suficientes reservas de iodo no meio natural. [...] ... sua distribuição continental é muito irregular, havendo tipos de solos, como os ácidos, onde os sais iodados são rapidamente decompostos ou solubilizados e arrastados pelas lavagens da região. A natureza química das rochas básicas, o fator continentalismo, o fenômeno lavagem e erosão do solo fazem variar intensamente o teor de iodo regional, [...] (CASTRO, 1957b, p. 80 e 81).

Após o relato de experiências e exposição de argumentos, demonstrou uma profilaxia do bócio, prescreveu a dose mínima de iodo necessária ao combate do mesmo e, dada a dificuldade do uso abundante de alimentos marinhos em regiões distantes do mar, propôs o enriquecimento artificial do sal de cozinha. A partir de ensaios realizados no Instituto

³ Quando o Brasil se preparava para participar da II^a Guerra Mundial, foi nomeado diretor do Serviço Técnico de Alimentação Nacional, no qual orientou tentativas de obtenção de carne desidratada, farinhas enriquecidas, biscoito de soja e outras. Neste período era diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, órgão do qual participou da criação e sempre destacou com orgulho.

Nacional de Nutrição, expôs a técnica de iodetação do sal. Os esforços resultaram em uma portaria do governo federal, em 1944, instituindo a iodetação obrigatória do sal de cozinha a ser consumido nas regiões bociógenas brasileiras.

Também realizou estudos sobre os tabus alimentares do Nordeste, sobre o valor nutritivo da mistura de milho e leite, e a respeito de doenças agravadas pela carência alimentar como, por exemplo, a chamada *anemia tropical*. Neste assunto já levantava um aspecto importante: não era decorrente de supostas inferioridades raciais e nem das condições ecológicas tropicais. Assim, demonstrou que a anemia não era por causa do clima tropical e sim de carência férrica, que o rótulo aplicado fez com que a ciência se desinteressasse pelo assunto e que isso era útil para as metrópoles, “[...] pois transferia-se comodamente aos fatores naturais, a responsabilidade pela miséria biológica daquelas populações que seu impiedoso sistema de exploração estava a agravar.” (CASTRO, 1957b, p. 71)

Em uma publicação de 1957 (*A influência negra na alimentação do brasileiro*), destacou o papel do elemento negro. Entre as influências mais benéficas dele em nossa cultura figuravam os hábitos alimentares. “*Longe de degradar – de se constituir um fator de inferiorização –*”, introduziu novos alimentos e sabores e tornou a alimentação menos monótona. O negro nos ensinou mais do que aprendeu. Sem a sua interferência, “[...] a situação alimentar do País seria hoje ainda mais sombria, as deficiências nutritivas ainda mais numerosas e mais alarmantes do que se apresentam na realidade.” (CASTRO, 1957a, p. 119) Lamentava que, dada a condição de escravo, não tenha podido impor um número maior de tradições africanas e, por isto, muitas delas se perderam.

Uma geografia da fome brasileira

O livro **Geografia da Fome**, publicado em 1946, foi um fruto de suas pesquisas anteriores. Uma análise da fome no Brasil, procurando buscar as razões mais profundas da mesma, e com um tema pouco estudado. No entanto, a fome, além de matar mais do que as guerras e as epidemias juntas, era também uma das constantes causas dos conflitos bélicos. As razões do descaso estariam nos interesses de minorias dominantes em ocultar o fato, nos preconceitos quanto ao tema, e na própria ciência e técnica ocidentais: seu fracasso em solucionar e seu cúmplice silêncio sobre o assunto. (CASTRO, 1957d, p. 22)

No Brasil, a estrutura fundiária era profundamente injusta, com grande concentração de terras, excessiva fragmentação entre os pequenos proprietários, produção agrícola voltada para a exportação, com as consequências normais de uma estrutura desta natureza. Em *Geografia da Fome* já insistia que dois terços da população mundial passavam fome, e trabalhou adequadamente com os conceitos, fixados por ele, de fome global e específica, de fome quantitativa e qualitativa. Foi, também, um dos pioneiros na utilização constante do termo subdesenvolvimento, não como estágio, insuficiência ou ausência de desenvolvimento, mas como “[...] um produto ou subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre as diversas regiões do planeta.” (CASTRO, 1983, p. 103) Por conceber a fome como um complexo de manifestações biológicas, econômicas e sociais, insistia que ela não podia ser tratada por especialistas em um dos seus diversos aspectos mas, sim, por aqueles que procuravam compreender

[...] as ligações, as influências e as conexões dos múltiplos fatores que interferem nas manifestações. Para tal fim pretendemos lançar mão do método geográfico, no estudo do fenômeno da fome. Único método que, a nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as

raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos. [...] Não queremos dizer com isso que o nosso trabalho seja estritamente uma monografia geográfica da fome, em seu sentido mais restrito, deixando à margem os aspectos biológicos, médicos e higiênicos do problema; mas, que, encarando esses diferentes aspectos, sempre o faremos orientados pelos princípios fundamentais da ciência geográfica, cujo objetivo básico é localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que ocorrem à superfície da terra. É dentro desses princípios geográficos, da localização, da extensão, da causalidade, da correlação e da unidade terrestre, que pretendemos encarar o fenômeno da fome. (CASTRO, 1957d, p. 24)

Realçava a importância do aspecto cultural dos grupos humanos, usava, na análise dos aspectos fisiográficos, uma linguagem adequada e mostrava um elevado nível de informação. O combate à desigual distribuição de renda, às estruturas agrárias com base no latifundismo e na monocultura, à economia voltada para gastos militares, será a partir daí uma constante em sua obra. Em um período em que ainda se valorizava a renda *per capita* como indicador de riqueza, afirmava que a renda média nada traduzia e que se um país era mais forte quanto mais elevada fosse sua renda, era “*tanto mais feliz, quanto melhor distribuída essa renda*”. (CASTRO, 1957c, p. 181) Chamava a atenção para o fato de que alguns países de renda elevada eram mais subdesenvolvidos do que outros com renda menor.

Geografia da Fome não era somente no sentido de localizar a fome, mas de analisá-la, utilizando o método geográfico como base: não realizava a simples descrição dos hábitos alimentares do gênero de vida mas, sim, o estudo das deficiências destes hábitos e suas causas mais profundas. Não restringia o problema da fome ao poder aquisitivo; era mais completo, mais geográfico, no significado atualmente adotado. Sua análise ecológica — não no sentido de preservação — foi pioneira e fundamental. E isso em uma época em que a Geografia oficial falava da geologia, mas omitia a geografia ou geomorfologia.

Procurou deixar patente que a fome, quantitativa e qualitativa, existente no Brasil, derivava de fatores socioeconômicos e não de empecilhos advindos do quadro fisiográfico. Não dividiu o país conforme as paisagens naturais ou segundo a divisão política, mas em cinco áreas alimentares — com destaque para as suas carências na alimentação —, analisando-as em capítulos distintos e concluindo com um estudo do conjunto brasileiro. Considerava como áreas de fome “[...] *aquelas em que, pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição*” (CASTRO, 1957d, p. 43), e dividiu o país em: Amazônia, Mata do Nordeste, Sertão do Nordeste, Centro-Oeste e Extremo Sul. Classificava as três primeiras como áreas de fome e as duas restantes como áreas de subnutrição, em virtude de a fome não se manifestar na maioria da população. Insistia ainda que

A fome no Brasil é consequência, antes de tudo de seu passado histórico, com seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia, com os quadros naturais. Luta [...] provocada [...] quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo o que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. (CASTRO, 1957d, p. 255/256)

A primeira região analisada no livro *Geografia da Fome* foi a Amazônia, cujo alimento básico era a farinha de mandioca; em primeiro lugar, caracterizou os aspectos fisiográficos, com conceitos atualizados em relação à pobreza dos solos, com exceção da planície aluvional. Demonstrou que a abundância frutífera da Hiléia era mais uma lenda, pois a pouca infiltração

solar tornava o teor vitamínico inferior em relação a outras áreas, exceto as árvores que habitavam as várzeas e as matas ciliares, e a castanheira — por seu porte gigantesco —, por frutificarem sob a ação da insolação direta.

A população amazônica era qualificada como de apetite embotado, *em estado de anorexia crônica*, consequência da falta de vitaminas e de determinados aminoácidos em sua alimentação. Dadas as características locais, as necessidades calóricas regionais eram inferiores ao chamado padrão universal; o ritmo mais *lento* de vida de parcelas da população era uma espécie de mecanismo de defesa frente ao seu *déficit* calórico. Um dos fatores das carências minerais era a pobreza do solo regional, nos quais abundavam ferro e alumínio, mas em suas formas insolúveis; ou os solos ácidos, com carência de ferro, cloreto de sódio e cálcio. Apesar disso, o raquitismo típico era uma raridade devido à extraordinária insolação regional, fonte de vitamina D. A carência em cálcio explicava a grande incidência de cáries dentárias; o déficit em cloreto de sódio: o esgotamento neuromuscular e a fadiga; e o déficit em ferro: a anemia. Estas e outras carências explicavam a geofagia, sempre uma tradução de um tipo de fome específica.

O beribéri — que se caracteriza por anemia e dores nevrálgicas —, assim como a anorexia, causada pela carência de vitamina B₁, assolaram a região durante o Ciclo da Borracha (1870-1910); com a paralisação da pesca e das atividades agrícolas devido ao deslocamento da mão-de-obra para a extração do *ouro branco*, a alimentação passou a ser de alimentos secos, de conservas importadas. Findo o ciclo, o beribéri voltou a declinar, em virtude do retorno a pesca, caça, coleta de raízes e frutos, e agricultura de subsistência. Do mesmo modo, o consumo habitual de molhos apimentados, que contêm vitamina C, afastava o escorbuto dessas regiões, exceto quando o regime alimentar se tornava monótono e escasso.

A segunda região examinada neste livro foi a do Nordeste Açucareiro, uma região que teve *tudo mudado pela ação desequilibrante e intempestiva do colonizador*. Na faixa litorânea do Maranhão à Bahia, propícia ao cultivo de uma infinidade de produtos alimentares e coberta primitivamente por uma floresta tropical de excepcional abundância de árvores frutíferas e cuja devastação fez minguar frutas e fauna, o fenômeno da fome “[...] *é chocante porque não se pode explicá-lo à base de razões naturais*” (Ibidem, p. 100). Analisou o esgotamento do solo pela cana, principalmente por ter sido uma exploração monocultora e latifundiária, devoradora de terras e de vidas.

Crítico a pouca atenção do português à policultura de subsistência, realçou o papel da resistência do índio, que “[...] *moderou a expansão monocultora e suas funestas consequências*”. (Ibidem, p. 118) Da mesma forma, destacou o papel do negro africano que reagia à monocultura plantando diversos produtos às escondidas, e a introdução, feita por ele, de certas plantas africanas e de determinados processos culinários que incluíam temperos que evitavam o surgimento de várias avitaminoses. Apesar disso, a alimentação era normalmente pobre em frutas, verduras, carne e leite.

Após a Lei Áurea (1888), os salários miseráveis diminuíram ainda mais a variedade alimentar, reduzindo a capacidade de trabalho, o que fazia os patrões mais reacionários enxergar nisso um sinal de preguiça, um mal da raça, o que era na realidade um mal da fome. Consequência disso era a estatura abaixo do normal, a “[...] *fixação antropológica deste tipo mirrado na população, chamada impropriamente de raquítica*” (Ibidem, p. 133), era a existência de crianças desnutridas, com tendência à prática da geofagia, cujas carências acarretavam “[...] *um certo edema dos tecidos, aumentando, à custa da água retida, o peso das crianças.*” (Ibidem) Segundo o autor, as carências eram maiores nos meninos dos engenhos do que nos que viviam à beira dos mangues; estes possuíam em sua dieta maior teor de vitaminas e de iodo, graças a peixes, siris, caranguejos, ostras, camarões, pitus, sururus e a frutos como o coco (que aumenta a cota de gordura) e o caju (rico em ácido ascórbico).

Na zona dos canaviais, onde a sazonalidade do trabalho aumentava a miséria nos períodos de entressafra, foram criados tabus, por razões econômicas, em relação às frutas, resultantes de “[...] *uma espécie de policiamento moral que os proprietários mantinham para a defesa de seus bens*” (Ibidem, p. 139), para evitar que tocassem nas poucas frutas para a alimentação do senhor de engenho, o que levou ao desinteresse, por parte da população, em relação às frutas. Afirmava que a mortalidade infantil era o indicador “*mais sensível do nível de bem estar social*” e esta possuía índices elevadíssimos no Nordeste.

Na sequência, analisou a região do Sertão do Nordeste, onde existia uma fome diferente da Zona da Mata, não permanente, mas de surtos epidêmicos de fome global, quantitativa e qualitativa. Nesta zona semiárida, o alimento básico era o milho que, associado a outros produtos regionais, permitia um estado satisfatório de nutrição, diferente de outras áreas dominadas pelo milho que se caracterizavam pela incidência da pelagra. Demonstrou que o Sertão não era uma área homogênea, analisou a ocupação da região através da pecuária — inclusive o papel das cabras criadas à solta na degradação da vegetação —, deixando claro que não possuía o exclusivismo da Mata.

O vaqueiro também era agricultor, mas de produtos de sustentação para consumo próprio, o que ocasionava uma alimentação sóbria, porém, equilibrada. O alimento básico — o milho — era somente a base calórica e era quase sempre consumido com o leite. Este (e seus derivados) constava da dieta em virtude das deficiências em comunicação, que o afastava dos mercados urbanos. Além disso, tinha na carne sua fonte de proteínas; as águas sertanejas eram ricas em cálcio; feijão e favas dificultavam as anemias ferroprivas; a espoliação em cloreto de sódio através da sudação era equilibrada com a alimentação rica em sal; e o Sol garantia a vitamina D.

Não havendo inverno, toda a economia do Sertão era desorganizada e a fome se instalava, com todas as suas consequências: da perda da metade do peso, das oftalmias e das osteopatias. A falta de vitamina A, aliada a outras deficiências, ampliava os casos de cegueira. Nas famosas secas, morcegos se agitavam durante o dia e atacavam as pessoas; cascavéis saíam de suas tocas; o ser humano também se alterava, esquecendo determinados valores — o vaqueiro chegava a roubar gado alheio — e passando da exaltação à apatia, do conviver coletivo ao isolamento. Essas fomes periódicas, segundo ele, contribuíram para o aparecimento do cangaceiro e do beato, respeitados pelos sertanejos, por simbolizarem “[...] *a sua aspiração de fuga à miséria — fuga pelo força do fuzil ou pela força da magia.*” (CASTRO, 1957d, p. 239)

No capítulo final analisou as áreas Central e Sul, onde as deficiências alimentares eram *mais discretas e menos generalizadas*, sendo áreas de subnutrição e não de fome. A área Central do Milho (regiões montanhosas de Minas Gerais, sul de Goiás e *pantaneis de Mato Grosso*) diferia do Sertão Nordestino pelas combinações alimentares: milho, carne suína e bovina, feijão, couve e frutas. O consumo de leite era baixo, pois o mesmo era vendido às indústrias de laticínios. Não havia déficits calóricos, mas uma carência se destacava: a do iodo, elemento importante no funcionamento da glândula tireóide.

A área do Sul (Distrito Federal e os estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) possuía um regime alimentar mais variado e com maior consumo de verduras e frutas; deficiências apareciam nas grandes cidades. Teceu críticas à falta, no passado, de uma ação do Estado frente à força e à independência dos senhores da terra, indiferentes às ordens do governo que os contrariassem. Criticava também a situação de um país que se dizia agrícola, mas que cultivava somente 02% de sua área total e, destes, apenas um terço destinado à produção de alimentos.

Concluiu o livro definindo a economia brasileira como semicolonial e sua agricultura como semifeudal. A inexistência de uma adequada rede de comunicações, entre outros

fatores, provocava um desequilíbrio regional da produção de alimentos e um desconhecimento por parte da população do *valor nutritivo dos gêneros alimentícios*, agravado pelos tabus alimentares e pelo baixo poder aquisitivo da população. A alimentação do brasileiro se mostrava

[...] imprópria em toda a extensão do território nacional, apresentando-se em regra insuficiente, incompleta e desarmonica, arrastando o país a um regime habitual de fome — seja de fome endêmica, quantitativa e qualitativa, como na área amazônica, a do Nordeste açucareiro e a da monocultura do cacau, seja epidêmica, como na área do Sertão, exposta às secas periódicas, seja de subnutrição crônica, de carências mais discretas como nas áreas do Centro e do Sul. (CASTRO, 1957d, p. 259)

A fome, tanto global quanto específica, constituía, “*o fator primacial da lenta integração econômica do país*” (Ibidem, p. 260) e a causadora dos alarmantes índices de mortalidade infantil e global, da baixa longevidade e da incapacidade para o trabalho.

Pregava a necessidade de um *plano sistematizado de política alimentar*, do incremento à produção e à produtividade das espécies alimentícias, e de uma política agrária que combatesse o latifundiarismo e conservasse melhor nossos recursos renováveis, através de uma adequada utilização do solo. Recomendava a atualização da legislação, permitindo ao agricultor o acesso à terra através da desapropriação dos imóveis improdutivos; o aproveitamento das áreas circunvizinhas aos grandes centros urbanos para frutas, legumes e verduras; a mecanização racional e intensiva a partir do conhecimento dos tipos de solo e das espécies a serem plantadas. Isto aliado a um financiamento à lavoura, com a progressiva diminuição — até a isenção — de impostos da terra, àquela destinada inteiramente ao cultivo de produtos alimentares vitais.

Importante ainda a “*Eliminação da mentalidade defeituosamente ‘paternalista’ do poder público, substituindo-se a tão mal ‘assistência’ com cheiro de esmola, por um bem organizado sistema de garantias creditícias, técnico-agronômicas, sanitárias e de preços mínimos, ao produtor de gêneros alimentícios.*” (CASTRO, 1957d, p. 263) Propunha também o estabelecimento de colônias agropiscícolas, a luta pelo cooperativismo e contra o intermediarismo, a intensificação de pesquisas e campanhas para a formação de hábitos alimentares adequados e de divulgação das técnicas de luta contra a erosão. Se anteriormente ele já havia provado que as desigualdades sociais não eram naturais e inelutáveis, neste livro sedimentou o mesmo em relação à fome, mostrando-a como um fenômeno coletivo e como uma questão política.

Uma geopolítica da fome

Todo o destaque que Josué de Castro teve decorreu de seus estudos sobre a alimentação e de sua luta para combater a fome no Brasil e no mundo. Notadamente após a 2^a Guerra Mundial (1939-45), teve-se um melhor panorama da fome no mundo e das consequências da colonização européia no chamado Terceiro Mundo. A expansão da medicina preventiva em várias áreas provocou uma redução dos índices gerais de mortalidade e, por consequência, um elevado crescimento populacional nos países subdesenvolvidos. Com isso, houve o surgimento de teorias que, culpando os pobres não só pela sua própria pobreza,

mas também pela de seus países, propunham o controle da natalidade, inclusive como função do Estado (o chamado *neomalthusianismo*⁴).

Em 1951, com a publicação de **Geopolítica da Fome**, consolidou seu prestígio externo. Esta obra e *Geografia da Fome* (1957d) se constituíram em um dos primeiros alertas sobre o problema da precária alimentação como um estigma do subdesenvolvimento e como resultado de estruturas sócio-econômicas herdadas do colonialismo e do imperialismo. Se em *Geografia da Fome* expôs o problema do Brasil e provou que existiam diversos tipo de fome, em *Geopolítica da Fome*⁵ mostrou que o problema era mundial e que, se havia superpopulação no mundo, a fome, em suas diversas modalidades, era a causa básica.

O objetivo era o de “[...] estudar o terrível fenômeno da erosão que a fome está provocando no homem e na civilização” (CASTRO, 1968, p. 68), de analisar o fenômeno da fome coletiva, endêmica ou epidêmica, aberta ou oculta, total ou específica, que constituía um fenômeno universal, mas não era uma tradução de uma imposição da natureza e, sim, de erros e defeitos das organizações sociais. E “[...] se não é possível exterminar a fome do mundo com medidas tendentes a controlar o crescimento das populações, é perfeitamente viável obter-se o controle desse crescimento pelo extermínio da fome.” (Ibidem, p. 74) O livro ainda se caracterizava pelo combate ao determinismo fisiográfico, às idéias de Malthus e ao neomalthusianismo.

A visão planetária e ecológica do mundo como um *organismo vivo e unitário*, com suas partes ligadas entre si, era constante em *Geopolítica da Fome*. Josué de Castro procurava demonstrar que se uma região padecia com a fome, todo o mundo sofria as consequências. Ao mesmo tempo estava sempre presente a crença no poder da ciência e da técnica em solucionar esta outra obra humana: a fome. Afirmava também que as características humanas tidas como herança racial eram, na verdade, fruto da ação do ambiente e, principalmente, da alimentação, e atacava as afirmações referentes à existência de superioridade racial. Demonstrou que os padrões universais de alimentação não eram adequados, que a pobreza também ocorria em áreas de baixa densidade demográfica; a crítica à monocultura e à ação imperialista estava sempre presente, assim como a relação da agricultura com as características fisiográficas e o processo histórico.

Na análise das diversas áreas do mundo, não omitia a estrutura de classes, nem a influência da religião, da cultura e do processo histórico; e, em quase todas as situações, analisava as mazelas da herança colonial, o regime político e, principalmente, a estrutura fundiária. Sobre a Índia, por exemplo, iniciou o estudo com as características naturais não para explicá-las, mas para elucidar as condições sociais do país. Na análise da China explicou adequadamente as condições sociais daquele país. Ao escrever sobre o continente africano, retomou a colonização européia desde os Césares, descreveu o europeu *moderno* expulsando os nativos das áreas férteis, a redução das culturas de sustentação, o *plantation* provocando o desenraizamento dos nativos em relação aos seus grupos clânicos e até a diminuição da fertilidade dos solos egípcios com a construção da barragem de Assuã.

⁴ De maneira geral, os neomalthusianos defendiam que o acelerado ritmo de crescimento vegetativo resultava em elevada parcela da população jovem na pirâmide etária, e isto era um entrave ao desenvolvimento por forçar o Estado a desviar recursos para educação e saúde e não para investimentos realmente produtivos, como transporte, energia, indústria e outros. Este *desvio* de recursos impedia o crescimento da renda *per capita*. A solução seria uma política rigorosa de controle da natalidade, realizada pelo Estado, como se a diminuição das pessoas garantisse, por si só, uma melhor distribuição de renda. Uma das razões não explicitadas era o perigo, por causa da expansão dos meios de comunicação, de revolta por parte dos pobres e miseráveis; ou seja: o temor do crescimento exagerado do *exército de reserva*. Não se propunha uma mudança na estrutura econômica e, sim, se transformava a consequência em causa, procurando diminuir o número de pobres pelo impedimento do nascimento dos mesmos. (CAMPOS, 2004, p. 177)

⁵ No início do livro tem a citação de um adágio popular: “A mesa do pobre é escassa / mas o leito da miséria é fecundo”.

Escreveu sobre a fome nos EUA e um capítulo sobre a mesma na Europa. Não tratou este continente como uma área homogênea e, sim, como diferenciada, com *contrastes desnorteantes*, realizando uma boa análise sobre a antiga Europa Oriental. Não se limitou a levantar os problemas; propôs soluções e as discutiu, com análises de problemas ecológicos, dos fertilizantes naturais e artificiais.

Foi neste livro que expôs mais claramente as razões fisiológicas da relação entre a carência protéica e o aumento da fecundidade: “[...] *um certo tipo de fome específica – a fome de proteína – pode determinar, tanto nos animais como no homem, um alto nível de fertilidade, e vimos que, com a ingestão de doses liberais de proteína, caem de maneira sensível os índices de fertilidade.*” (CASTRO, 1968, p. 239) Esta proposta foi chamada por Gallo (1970) de *Teoria do Autocontrole Natural das Populações* e o trecho em que Castro melhor explicou o mecanismo biológico desta teoria foi o seguinte:

A fertilidade tem sua base biológica no funcionamento de determinados órgãos, cujas funções são reguladas, em grande parte, pelos produtos de secreção interna de certas glândulas: os hormônios. Nas mulheres, o fenômeno da fecundação está em estreita conexão com o funcionamento do ovário, com a produção de seus hormônios, principalmente os estrogênicos, e com a presença em determinadas quantidades destas substâncias no meio interno.

Sabe-se hoje que existe estreita ligação, entre as funções do fígado e as dos ovários, cabendo àquele inativar os excessos de estrogênio que os ovários jogam na corrente sanguínea. Já vimos anteriormente que uma das manifestações habituais das deficiências em proteínas é a degeneração gorda do fígado e sua tendência à cirrose [...] Sempre que ocorre a degeneração do fígado, decresce a eficiência das funções deste órgão e, certamente, entre elas, a da inativação dos excessos de estrogênio (foliculina). [...] com a fome de proteínas surgem as deficiências das funções do fígado, entre as quais a diminuição ou perda de sua capacidade inativadora da foliculina e, como conseqüência, amplia-se de maneira sensível a capacidade reprodutora da mulher; a sua fecundidade e a sua fertilidade. (CASTRO, 1968, p. 239-240)

A isto se aliava o mecanismo psicológico que fazia a fome crônica determinar, com a diminuição do apetite alimentar, a intensificação do apetite sexual, o que colaborava para elevar os índices de fertilidade. Em algumas regiões, as razões econômicas também cooperavam para isso, como a necessidade de braços filiais para a lavoura.

Em *Geopolítica da fome* retomou a argumentação sobre a pouca existência de estudos sobre a fome, revalidou a interpretação geográfica da questão e travou uma feroz batalha contra o malthusianismo e o neomalthusianismo. Já se contrapunha à crença de que somente o aumento da produção de alimentos solucionaria o problema. Era indispensável a distribuição da riqueza produzida. Reconheceu a influência de interesses particulares no processo da produção científica e já não aceitava a idéia de que a ciência se subordinava à objetividade dos fatos. Permaneceu defendendo a função da alimentação como um fator capaz de alterar o potencial biológico das pessoas e, principalmente, a própria organização social (CASTRO, 1968, p. 122). A situação de fome se transformou na explicação fundamental de fenômenos sociais,

[...] como o do banditismo e do misticismo mórbido, de certas áreas atrasadas do mundo, o das revoluções episódicas de outras áreas, o da prostituição e depravação moral – tudo isso como conseqüência mais ou menos direta dos efeitos dissolventes da fome aguda, sobre o equilíbrio mental e a integridade da pessoa humana. (CASTRO, 1968, p. 122)

A partir deste livro, a apreensão, pelo autor, do fenômeno da fome foi, cada vez mais, perdendo seus contornos biológicos e se transformando em um fenômeno econômico; fome e subdesenvolvimento foram se convertendo em sinônimos e, estudar um, era aprender o outro. Atando o problema da fome ao do desenvolvimento, contribuiu, de algum modo, para a ruptura da visão de que era possível resolvê-lo ou contorná-lo somente com medidas assistencialistas ou educativas, pois a causa era estrutural. Mais tarde, suas críticas à desestruturação da perspectiva de um desenvolvimento autônomo possuíam relação com o fato de enxergar, neste processo, a via para a solução do problema alimentar do país.

Em 1954, em discurso na sessão, por ele presidida, do Conselho Mundial da Paz, em Estocolmo (Suécia), dedicado ao estudo das armas atômicas⁶, afirmou que o maior perigo contra a paz era o desequilíbrio que dividia o planeta em dois mundos antagônicos, maior que o antagonismo físico dos dois polos ou do ideológico entre o soviético e o capitalista ocidental, e não se alcançaria uma paz estável se permanecesse dividido entre a abundância e a miséria, o luxo e a pobreza.

O problema, para ele, não era apenas técnico; os países subdesenvolvidos necessitavam de um auxílio internacional, a assistência técnica a eles representava somente 0,5% dos orçamentos de guerra das grandes potências, a economia do Terceiro Mundo era frequentemente abafada “*pelos interesses dos grandes grupos industriais, ligados às indústrias bélicas*”, e o rendimento das matérias-primas era proporcionalmente muito baixo em relação aos produtos de importação – devido à “*força despótica do imperialismo econômico e colonial*.” Propôs uma união universal para a revisão da economia mundial e a criação de um conselho de homens de ciência, de todas as partes, para denunciar os perigos do uso da energia nuclear como arma de destruição e para insistir na necessidade de se desviar os recursos utilizados em armas para o combate à fome.

Em 1952 foi eleito para presidir o Conselho da FAO, o que fez até 1956. Durante os quatro anos de exercício na presidência deste Conselho, procurou implantar princípios que defendia e dar um caráter mais prático à organização. “*Todavia, o que se verificou foi que os interesses dos países ricos e grupos econômicos impediram a proposição de políticas públicas como a reforma agrária, a criação de reservas alimentares de emergência, bem como programas de segurança alimentar.*” (FERNANDES; GONÇALVES, 2000, p. 21) Ou seja, a passagem pelo órgão da ONU mostrou a ele o quanto eram difíceis de serem realizadas as suas propostas, quando Estados imperialistas possuíam maior poder nas decisões e países subdesenvolvidos eram representados por governantes interessados na manutenção de certas estruturas para permanecerem no poder. Deve ter sido por esta razão que, ao sair da presidência da FAO, passou a defender com mais veemência a criação de organismos supranacionais (como o Governo Mundial), os quais estariam isentos de injunções de natureza nacional, isto é, da interferência direta de alguns Estados.

Logo após deixar a presidência do Conselho da FAO fundou, na cidade de Paris, em janeiro de 1957 e com outras personalidades, a Associação Mundial de Combate a Fome (ASCOFAM), em cujo manifesto reafirmou que as raízes deste problema só poderiam ser extirpadas “[...] *revolvendo-se profundamente toda a estrutura deste solo pantanoso de nossa civilização, onde a fome encontrou condições as mais favoráveis possíveis ao seu desenvolvimento.*” (CASTRO, 1960, p. 91) A ASCOFAM não foi idealizada com a crença de que a criação de um organismo especializado resolveria o problema da fome no mundo, mas de que esta situação não poderia ser resolvida de modo isolado e o organismo poderia exercer uma ação catalítica. Seria “[...] *internacional, por seu campo de atuação, mas supranacional em seu comportamento, [...]*” (Ibidem, p. 92) e concentrada em quatro setores de atuação:

⁶ Discurso intitulado *Aos pobres pertence o reino da Terra* e publicado em CASTRO, 1957b, p. 223-229.

sensibilizar e despertar a consciência universal sobre o problema; realizar pesquisas, investigações e inquéritos; formar pessoal qualificado; e elaborar projetos específicos de âmbito nacional ou regional.

Os exemplos existentes demonstravam, para ele, as falácias das explicações neomalthusianas e de sua prescrição do controle da natalidade como o único recurso para a salvação. No século da ciência e da técnica, não havia muita diferença entre as atitudes de certas populações primitivas da Polinésia que atribuíam às erupções vulcânicas a maus espíritos e procuravam acalmá-las com o sacrifício de animais nas crateras, com

[...] a atitude pseudocientífica daqueles que atribuem a fome à maldade da natureza e, para acalmá-la, prescrevem o sacrifício de vidas humanas, sob a forma do genocídio, dos abortos em série, de controle dos nascimentos... E não resta dúvida que a atitude do segundo grupo se revela bem mais bárbara e mais perigosa. (CASTRO, 1960, p. 51)

No entanto, a luta contra a miséria poderia nos conduzir a uma nova civilização, mais harmônica e tranquila.

O desenvolvimento econômico de cada país era uma responsabilidade nacional, mas muito difícil sem uma cooperação internacional, “[...] *sem a base de um fluxo intenso de capitais tanto públicos como privados, oriundos das zonas mais ricas do mundo.*” (Ibidem, p. 59) Uma pequena parte das despesas bélicas da Guerra Fria seria suficiente. Criticou os diversos planos de ajuda das economias ricas e escreveu que era possível passar de uma economia colonial para uma “*economia mundial cooperativista*”, sem que as metrópoles colonizadoras entrassem em bancarrota. Isto era temido pelas nações industrializadas, dependentes da importação de matérias-primas (CASTRO, 1960, p. 61). Criticou a falta de poder da ONU e da FAO (reafirmando a necessidade de um organismo supranacional), a falta de competência para atacar a fome dos governos nacionais, as tentativas de se promover a industrialização acelerada em certas áreas sem melhorar as estruturas agrárias arcaicas e semifeudais, o que, em certos casos, tinha acentuado o desnível entre a agricultura e a indústria. Os subdesenvolvidos viviam em um dilema na utilização de seus escassos recursos: equipar-se industrialmente em ritmo acelerado, sacrificando o nível de vida de suas populações, ou satisfazer as necessidades básicas, retardando a industrialização. Era “[...] *o dilema simbolizado na expressão: ‘pão ou aço’. Pão para os homens famintos e impacientes ou aço para as máquinas que depois alimentariam satisfatoriamente os homens.*” (Ibidem, p. 68)

Teceu críticas aos países do bloco soviético por darem prioridade aos equipamentos industriais, “[...] *à custa de terríveis e duros sacrifícios das populações locais que permaneceram longos anos num baixo padrão de vida*” (Ibidem, p. 69). A solução passava pela estruturação de uma “*nova teoria científica do desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos*”; esta nova teoria deveria integrar à Economia os fatores humanos, de modo a fazer com que o desenvolvimento econômico fosse um meio de proporcionar a todos, não somente os *bens de necessidade*, mas também os de *dignidade* (CASTRO, 1960, p. 72). Permaneceu até o fim pregando o pacifismo (embora admitisse situações excepcionais) e crente na possibilidade de um governo acima dos Estados e das nações.

A crença de que fosse possível uma cooperação internacional, um *auxílio* dos países ricos aos pobres, perseguiu Josué de Castro até o fim, e também a de que, pela educação, se poderia fazer uma revolução mundial. Todavia, através de uma educação que libertasse o homem de todos os tipos de dominação — da natureza e de outros grupos humanos, “*para se libertarem econômica, política e espiritualmente.*” (CASTRO, 1983, p. 98). Não uma educação para apenas *saber*, mas para *viver*. “*É preciso explicar-lhes claramente porque*

vivem elas num regime de miséria, porque só tendo consciência do fenômeno, estarão estas populações iniciadas para combater com convicção e com entusiasmo esta insustentável situação.” (CASTRO, 1957b, p. 154)

Em 1954 foi indicado para concorrer ao Prêmio Nobel de Medicina; em 1963 foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz, o mesmo acontecendo em 1970. Nunca recebeu o prêmio. Em 1970 o fato nem foi muito divulgado no Brasil, em razão da férrea censura.

Em fevereiro de 1964 concluiu o livro **Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva**, dirigido ao público estadunidense. Um estudo sobre uma região seca por justiça e onde a fome ainda matava na Mata de latifúndios e cana. Nele não deixou de criticar a potência norte-americana, inclusive o programa *Aliança para o Progresso* como uma tentativa de evitar a *bolchevização* da América Latina (AL). Escreveu que, como “*Cuba insistia em exportar a Revolução, os E.U.A. resolviam exportar a contra-revolução.*” (CASTRO, 1967a, p. 218) Também que a classe dos *industriais do anticomunismo* farejava na Aliança para o Progresso “[...] *uma boa pista para alcançar seus ambiciosos objetivos: para encher os bolsos, fortalecer suas bases políticas e asfixiar definitivamente o povo desta terra tão miseravelmente explorada.*” (Ibidem, p. 222)

No primeiro capítulo escreveu sobre a formação das Ligas Camponesas na região Nordeste. A primeira⁷ liga foi fundada, em 1955, por moradores do Engenho Galiléia, com o objetivo de “[...] *defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos*” (CASTRO, 1967a, p. 23). O direito dos membros das cento e quarenta famílias do engenho de disporem de sete palmos de chão (de uma cova) e de descerem ao interior do solo dentro de um caixão que fosse seu, com o qual pudessem apodrecer, e não o caixão da prefeitura que devia ser devolvido na boca da cova. Desejavam se apresentar com um mínimo de decência no Juízo Final. Reivindicavam cova e caixão para o cerimonial da morte, para o rito da libertação, pois “[...] *a morte é que conta, não a vida, desde que, praticamente a vida não lhes pertence.*” (Ibidem, p. 24).

A análise que realizou neste livro sobre o Nordeste brasileiro foi mais global e superior às anteriores, apesar da repetição de aspectos já tratados em *Geografia da Fome*. Mostrou que existiam vários *nordestes*, realizou uma boa análise do *plantation* de cana e deixou claro que o problema era a estrutura implantada e não a nacionalidade do colonizador. Esta estrutura também era a causadora da elevada mortalidade em uma região onde *morre-se de tudo, mas principalmente de fome*, nesta “[...] *estranha geografia, onde não é a terra que dá de-comer ao homem, é antes o homem que nasce apenas para dar de-comer à terra.*” (Ibidem, p. 42) Analisou melhor os açudes — exceto quanto ao problema da salinização — e a *indústria da seca*. Afirmava que a luta contra a fome na região não deveria

[...] ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região. (CASTRO, 1967a, p. 94-95)

Ao analisar os currais do Sertão Nordestino, mostrou que, em uma espécie de servidão, o índio foi “[...] *amplamente utilizado, num desmentido à sua ‘incapacidade’ ao trabalho, tese que ainda se encontra em certos historiadores oficiais.*” (Ibidem, p. 140) Realçou o uso ideológico das características *raciais* do *cabeça-chata* e da seca no Sertão para esconder a cerca do latifúndio da Mata, lembrando que, mesmo no Sertão, a seca não era o

⁷ A *Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco* era o nome da sociedade civil beneficente para ajudar seus integrantes a ter um funeral decente. Possuía ainda outros objetivos, como a facilitação para a aquisição de sementes e de instrumentos agrícolas, e a obtenção de ajuda de órgãos públicos.

único problema. Grande parte da população estava sujeita a viver na miséria em razão da estrutura econômico-social da região, possuindo como causa central o grande latifundiarismo. A seca era transitória, mas o pauperismo regional era constante.

O exílio de um cidadão do mundo

Aos 56 anos, e onze dias após o golpe de 1964, viu seu nome na primeira lista dos cassados em seus direitos políticos pelo governo militar que se instalara. Parte da grande imprensa brasileira, que até o mês de março elogiava a sua atuação nas conferências internacionais, passou a depreciar seu nome e a lhe fazer acusações. Mais tarde, após o AI-5 (13/12/68), seu nome passou a ser omitido, exceto se a citação fosse caluniosa. Oficialmente, e até o AI-5, podia retornar ao Brasil, o que o fez não se considerar um exilado; entretanto, tinha receios por temer pela sua vida.

Logo após a cassação, recebeu convites para trabalhar em diversas universidades do exterior. No entanto, fixou residência em Paris e, em 1965, juntamente com outros estudiosos, criou o *Centre International pour le Développement* (CID). Em 1968, voltou a lecionar Geografia Humana, como professor associado ao recém-criado Centro Universitário Experimental de Vincennes (Universidade de Paris), o que fez até o seu falecimento. No exterior, concedeu inúmeras entrevistas, escreveu artigos, realizou conferências, participou de simpósios, mas escreveu somente um livro: o romance **Homens e caranguejos** (1967).

Os textos de Castro sobre homens-caranguejos tiveram uma influência marcante no movimento musical pernambucano *mangue-beat*, cujo símbolo era uma antena parabólica em um manguezal e, para contatá-los, dever-se-ia escrever para *Caranguejos com Cérebro*. Em seu primeiro *compact disc*, o grupo Chico Science & Nação Zumbi homenageou o inspirador: “[...] *Vi um caranguejo andando pro sul/ Saiu do mangue, virou gabiru/ Oh Josué, eu nunca vi tamanha desgraça/ Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça./ [...]*”. Em outro trabalho, fizeram novamente menção a ele, em uma canção intitulada *Cidadão do Mundo*: “[...] *Só tem caranguejo esperto/ Saindo desse manguezal/ Eu pulei, eu pulei. Corria no coice macio/ Encontrei o cidadão do mundo/No manguezal da beira do rio/Josué!/[...]*”⁸.

O acirramento da Guerra Fria, o temor de uma catástrofe atômica, o deixou menos otimista; entretanto, permaneceu acreditando no pacifismo, mas não como silêncio ou submissão. Apesar de achar que na violência se perde a lucidez e a consciência das circunstâncias, afirmou no final da década de 1960 que na América Latina não cabia

[...] outra possibilidade que a revolução violenta. Eu sou um pacifista desesperado. [...] Prefiro destruir para criar do que marchar para a autodestruição. [...] Eu que sou Prêmio Internacional da Paz, penso que, infelizmente, não há outra solução que a violência para a América Latina. (apud SILVA, 1998, p. 152-153)

Viu com simpatia as manifestações de jovens ocorridas em 1968, por considerá-las indicadoras de um despertar de consciências, de possível rompimento com um tempo caracterizado pelo conformismo e por uma civilização incapaz de encontrar respostas para

⁸ O primeiro trecho é da música *Da Lama ao caos*, de Chico Science (1966-1997), faixa 7 do CD homônimo (1993, selo Chaos/Sony). Gabiru é uma espécie de rato e a expressão *homem-gabiru* foi popularizada a partir de uma reportagem da *Folha de São Paulo*, em 1991, sobre o trabalhador rural nordestino Amaro José da Silva, de 1,35 m de altura, pai de 13 filhos e morador da Zona da Mata. A expressão passou a se referir às vítimas do nanismo provocado pela desnutrição. O segundo trecho é de Chico Science e de Nação Zumbi. CD *Afrociberdelia*, faixa 2, Sony, 1996.

problemas essenciais como a fome e as guerras. Não perdeu a fé no futuro, nem a confiança na maioria da humanidade, mas este futuro deveria ser construído, não existindo um determinismo histórico, dado o poder criador que poderia existir em um povo em certos momentos da História.

Mesmo vivendo na Europa, continuou criticando uma espécie de etnocentrismo que enxergava que o processo de desenvolvimento de todos os países deveria ser semelhante ao dos países ricos do Ocidente e que olvidava que habitantes de muitas áreas do planeta, com culturas tradicionais e milenares, eram diferentes daqueles produzidos pela civilização ocidental. Esta, “*com seu repertório científico etnocêntrico*”, sempre se recusou a aceitar o fato de que a miséria de algumas regiões era o custo social do progresso da própria Europa.

Josué de Castro permaneceu lamentando a falta de unidade dos países do Terceiro Mundo e a crença no *laissez-faire*, pois a chamada *mão invisível* nunca agiu “[...] *no interesse da humanidade e a mão visível dos grupos dominantes e privilegiados sempre monopolizou os benefícios.*” (CASTRO, 1983, p. 88) Ativo no exterior, ausente – pela censura – nas publicações brasileiras, mas desejoso de regressar. Deve ter sido angustiante o fato de que quanto mais estudava, escrevia e falava sobre a alimentação e o subdesenvolvimento, mais a fome e o fosso entre países ricos e pobres aumentavam.

O mundo produzia, cada vez mais, alimentos, como ele sempre achou possível, mas no início da década de 1970, quase a metade da produção de proteínas vegetais era consumida por animais. As dificuldades permaneciam mais políticas do que técnicas. Muitos dos produtos agrícolas que tiveram sua produção ampliada não eram de *alimentação* e alguns países ricos ainda destruíam alimentos para garantir preços.

No dia 24 de setembro de 1973, em Paris, faleceu aos 65 anos. Cinco dias depois foi enterrado na cidade do Rio de Janeiro; a imprensa não pode tirar fotos do caixão, a família foi *aconselhada* a não dar entrevistas e, pela sua importância, poucas pessoas acompanharam o enterro. Direitos Humanos da Declaração de 1947 não foram aplicados, como o artigo V (“*Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante*”), o artigo IX (“*Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado*”), artigo XII (“*Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques*”), artigo XIII (“*2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar*”) e o artigo XIX (“*Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras*”).

Se, por vezes, faltou a Josué de Castro *rigorismo científico*, isto se deveu ao fato de ser mais importante seus valores sociais, sua visão de mundo e o segmento social que representava. Também por defender utopias que, por sua definição, não se encaixavam no presente. Utopias são

[...] aquelas idéias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente. Têm, portanto, uma dimensão crítica ou de negação da ordem social existente e se orientam para a sua ruptura. Deste modo, as utopias têm uma função subversiva, uma função crítica e, em alguns casos, uma função revolucionária. (LÖWY, 1989, p. 13)

Deixou uma vasta obra e diversos sonhos. Sonhar com outro mundo, neste aqui, não é uma fuga, mas o início do processo de construção do novo. Revê-los é, muitas vezes, retomá-los, em outras bases, como alicerces do que se deseja construir. Sem utopias, impera a banalidade e o futuro é desprezado. Nem toda idéia resulta em uma ação imediata e muitas

delas são importantes para impedir que determinadas ações ocorram. O trabalho intelectual é, muitas vezes, fazer da idéia uma ação. Josué de Castro tentou isto e nem sempre conseguiu. Isto não significa fracasso, pois muitas de suas propostas dependem de mudanças estruturais difíceis de ocorrer, mas que devem ser perseguidas. As idéias e a coerência, na fala e na escrita, influenciam ações e, por as precederem, são mais importantes. Ele foi o que se poderia chamar de um *intelectual engajado*, aqui entendido como aquele que procura compreender o mundo visando à produção de idéias importantes para a transformação do mesmo.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **A dimensão populacional na obra de Josué de Castro**. Rio Claro/SP: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro/SP, 2004.409 p. (Tese, doutorado em Geografia).

Ex.: VALVERDE, Orlando. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: editora Vozes, 1985.

CASTRO, Anna Maria de (Org.) **Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro**. Petrópolis/RJ: Vozes. São Paulo: Cia. Editora Nacional (Biblioteca Pedagógica Brasileira) série V, vol.XXIX, 1983.

_____ **A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

_____ **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1957a.

_____ **Ensaio de Biologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1957b.

_____ **Ensaio de Geografia Humana**. São Paulo: Brasiliense, 1957c

_____ **Geografia da fome**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957d

_____ **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1960.

_____ **Sete palmas de terra e um caixão**: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967a.

_____ **Homens e caranguejos**. São Paulo: Brasiliense, 1967b

_____ **Geopolítica da fome**: ensaios sobre os problemas de alimentação e de população. 8. ed., vol. 2, rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____ **Subdesenvolvimento: causa primeira de poluição**. O Correio da UNESCO. Ed. brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, a. 1, n. 3, mar. 1973, p. 20-24

FERNANDES, Bernardo M.; GONÇALVES, Carlos W. P. (Orgs.) **Josué de Castro: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

GALLO, Jorge Ivan Hübner. **O mito da explosão demográfica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Biografia de Josué de Castro. In: FERNANDES, Bernardo M.; GONÇALVES, Carlos W.P. (Orgs.) **Josué de Castro: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2000. p. 31-38.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

O AUTOR brasileiro mais lido e comentado no mundo inteiro. Folha da Manhã. São Paulo, 15 set. 1957.

ONU – Declaração Universal dos Direitos Humanos. Resolução 217A; 10 de dezembro de 1948. In: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php, acessado em 06/08/2008, às 11 hs35min.

SILVA, Tânia Elias Magno da. **Josué de Castro para uma poética da fome**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, São Paulo/SP, 1998. 596p. (Tese, doutorado em Geografia)